

28º Exame de Ordem - 2ª fase - 2005

Direito Comercial

1. A instituição financeira Banco Empresta Fácil S/A, sediada no Rio de Janeiro, detém importante crédito em face de Cia. Decorações Bizarrras, também no Rio, originado de contrato ilíquido de abertura de crédito em conta-corrente, no valor de cem mil reais. De posse do instrumento de contrato, acompanhado do demonstrativo do débito, o diretor da referida instituição lhe procura e solicita que seja feita a ação judicial cabível, para garantir o mais célere recebimento da dívida.

Prepare a peça pertinente assinando Napoleão da Silva, OAB/RJ 00.000.

2. A Assembléia Geral Ordinária de TRANSPORTES LIGEIROS S/A., foi realizada no dia 04/10/2005 e a cópia das demonstrações financeiras, o relatório da administração sobre negócios sociais e os principais fatos administrativos do último exercício foram publicados em 23/08/2005. Submetida ao arquivamento a ata da A.G.O., a junta Comercial indeferiu o pedido, alegando que a referida sociedade não cumpriu a publicação a que se refere o caput do artigo 133 da Lei 6.404/76.

PERGUNTA-SE: Você concorda ou não com a deliberação da Junta Comercial?

Justifique o seu entendimento, indicando o dispositivo legal adequado.

3. É correta a afirmação de que o registro dos atos constitutivos das sociedades não personificadas no órgão competente produzirá o mesmo efeito em relação a cada uma delas?

Responda justificadamente.

4. "A" passou um cheque para "B", sendo este garantido por aval por "C". Ocorre que "A" não cumpriu com sua obrigação de pagamento a "B", alegando em sua defesa que a obrigação era nula, por razão não relacionada a vício de forma. "B", inconformado com a situação, busca seu escritório de advocacia e pergunta como fica a posição de "C" neste caso e se há viabilidade de seu cobrar dele a obrigação contida neste título.

Responda objetivamente, indicando os dispositivos legais pertinentes.

5. Pode-se afirmar que a microempresa ou a empresa de pequeno porte, em dificuldade econômica, só pode buscar a própria recuperação através do Plano Especial, previsto na Lei nº. 11.101/2005? Justifique.

6. Interessado em arrendar um estabelecimento comercial, João Neves lhe indaga qual será a sua responsabilidade sobre os débitos anteriores à transferência, caso venha a realizar o negócio. Responda-o objetivamente, indicando os dispositivos legais aplicáveis.

Direito Penal

1. LEONARDO DE OLIVEIRA, nascido em 10/12/1972 e MARCUS DE SOUZA, nascido em 03/06/1978, foram denunciados em 07 de março de 2005 pela prática do crime de furto (Art. 155 CP), por terem sido encontrados dentro do Auto GM Vectra, placa KLO-1234, que se encontrava estacionado em frente ao apartamento de seu proprietário, GERÔNIMO CAMPOS, que, apavorado ao ver dois homens dentro de seu automóvel, chamou a polícia. O que não sabia GERÔNIMO CAMPOS é que sua mulher CHRISTIANE havia pedido aos dois detidos que realizassem a instalação de um novo aparelho de CD no carro, como presente de aniversário para GERÔNIMO, tendo para tanto assinado um orçamento autorizando o serviço. Este orçamento encontra-se em poder do Pai de LEONARDO. A vizinha do casal, FLÁVIA CORRÊA, que sabia da surpresa, tentou alertar os policiais da janela de seu apartamento, mas os mesmos não lhe deram ouvidos. O Juiz recebeu a denúncia e o interrogatório fora realizado em 11 de março de 2005. A família de ambos já havia constituído advogado que impetrou um *Habeas Corpus*, o qual

foi negado por unanimidade. Em virtude deste resultado, e descontente com a atuação de seu antigo patrono, as famílias de LEONARDO DE OLIVEIRA e MARCUS DE SOUZA lhe contratam, no dia 12 de março de 2005, como novo advogado de ambos. Elabore a peça processual que achar cabível a esta fase do processo.

ADVOGADO: ANDERSON MOREIRA

INSC. Nº 1.100

Não será considerada para efeito de correção, a impetração de "Habeas Corpus."

2. João da Silva, funcionário da empresa prestadora de serviço de exploração e manutenção de rodovia estadual, na qual trabalhava como cobrador do pedágio, ao final de seu horário de trabalho, aproveita a saída da sala do chefe de operações da praça do pedágio para ingressar no escritório deste. Verifica que o chefe, única pessoa que detém a chave do cofre onde é guardada toda a quantia recebida a título de tarifa no pedágio durante todo o dia, havia deixado a referida chave em cima de sua mesa. João, então, pega a chave, abre o referido cofre toma para si parte do valor nele contido, com finalidade de levar o dinheiro para casa como se fosse seu. João da Silva, no caso em tela, praticou que crime? Por quê?

Responda fundamentadamente, indicando todos os dispositivos legais pertinentes.

3. Jorge dos Santos, à época, primário e de bons antecedentes, foi condenado pela prática de determinado crime e beneficiado pela concessão de *sursis*, no qual o juiz fixou o período de suspensão em 3 (três) anos. Decorridos dois anos e meio do início do período de prova, foi instaurado novo processo em face de Jorge pela suposta prática do crime previsto no art. 180, § 3º do CP, praticado após a concessão do benefício, no qual ele veio a ser definitivamente condenado a 150 (cento e cinquenta) dias-multa, cujo valor foi fixado no mínimo legal. Diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória por crime cometido no curso do período de suspensão, o juiz da VEP entendeu por bem revogar o *sursis*, determinando o imediato recolhimento de Jorge à prisão para que cumprisse integralmente a pena fixada no processo em que ele obteve o referido benefício. Foi correta a providência do juiz da VEP? Por que? Responda fundamentadamente, indicando todos os dispositivos legais pertinentes.

4. Passando por dificuldades financeiras, Caio convida Tício para promover um roubo no supermercado do bairro onde moravam. Enquanto Tício ficaria do lado de fora, aguardando o companheiro com o carro ligado para a fuga, Caio efetivaria a subtração. Foi acertado que Caio portaria arma de fogo descarregada, apenas para intimidar, uma vez que nenhum disparo poderia ser efetuado. Com o roubo já em andamento, Tício ouve disparos e, ressentido tanto com a atitude do colega quanto com a sua própria de estar colaborando para o sucesso da empreitada criminosa, comunica o roubo a policiais que passavam na hora, os quais prenderam Caio no momento em que saía do estabelecimento carregando o dinheiro. Estabeleça a responsabilidade penal de cada um dos agentes, sabendo que na delegacia de polícia Tício confessa sua participação dando os detalhes do plano. A resposta deve ser fundamentada.

5. Marcos Silva, lutador profissional da categoria pesado, durante uma competição de boxe inglês e obedecendo às normas estabelecidas para a atividade pela Liga Nacional, desferiu um "Jab" e depois um "Uppercut" em seu adversário Orlando Carlotero. Em decorrência dos golpes, Orlando sofre um deslocamento no maxilar, tendo que ser retirado com o auxílio de uma maca da competição. Ressalte-se que Orlando sentia muita dor e teve que ficar dois dias no hospital. Analise a situação jurídico-penal de Marcos Silva.

6. Carlos Magno, técnico em contabilidade, foi condenado pelo juízo da X Vara Criminal do Rio de Janeiro pela prática do delito previsto no artigo 297 do Código Penal. O magistrado, ao proceder à dosimetria da pena, assim se manifestou:

"Considerando que as diretrizes do artigo 59 do Código Penal, fixo a pena base, em 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, no valor unitário de 18 (dezoito) salários mínimos, em atenção à situação econômica do réu que torno definitiva pela inexistência de circunstância legal ou causa de aumento ou diminuição a atender. Fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena privativa de liberdade, diante do disposto na alínea "c", do § 2º, do artigo 33, do Código Penal. Preenchidos os requisitos do artigo 44 do Código Penal, substituo a pena de prisão pela prestação de serviços à comunidade, a ser definida pelo juízo da execução penal, e prestação pecuniária consubstanciada no pagamento da importância correspondente a 18 (dezoito) salários mínimos, tendo em vista a situação econômica do condenado, em favor de entidade pública ou privada, também a ser indicada pelo juízo da execução."

Comente a sentença aplicada pelo juízo da X Vara Criminal.

Direito Trabalhista

1. José Joaquim Delgado propôs reclamação trabalhista em face de papelaria Grafitte Ltda. em 08/07/2005, por entender que teve violado os seus direitos referentes ao contrato de trabalho havido no período compreendido entre 21/04/1995 e 03/07/2004. Além das verbas rescisórias não pagas até a data de 08/07/2005, o ex-empregado também pediu a condenação da empresa no pagamento da multa contratual prevista na CLT decorrente do não pagamento do distrato; das horas extraordinárias pelo cumprimento de jornada habitual das 9h30min às 23h30min, de 2ª a sábado, sem intervalo para alimentação e sem ajuste de compensação; do adicional noturno que nunca foi pago. Alegando também ter sido ofendido quando José Joaquim Delgado recebeu a comunicação de sua dispensa, quando o empregador lhe disse que "agüentou muito o trabalho dele, um português burro, chato e inconveniente". Por isso, José Joaquim Delgado requereu uma indenização por dano moral. A empresa, embora devidamente citada para comparecer à audiência em que deveria apresentar sua defesa, ausentou-se. Três dias após, quando o juiz da 10ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro preparava-se para proferir a sua sentença, a Papelaria Grafitte Ltda. apresentou um atestado médico do preposto da empresa que informava estar o mesmo gripado sem declarar que ele poderia se locomover no dia da audiência realizada dia 12/09/2005 junto com uma contestação assinada por seu advogado e sem qualquer outro documento além do atestado médico, do cheque preenchido com o valor da rescisão e uma procuração. O juiz da 10ª VT-RJ resolveu considerar justificada a ausência do preposto e ao proferir a sentença publicada no Diário Oficial do Rio de Janeiro, dia 04/10/2005, julgou improcedente a reclamação, pelas seguintes razões: a) o reclamante não provou que de fato não recebeu as parcelas pagas, pressupondo-se o pagamento ante a alegação da empresa em sua defesa; indevido portanto o pagamento postulado sendo certo que a empresa exibiu um cheque no valor da rescisão, demonstrando o interesse do empregador em pagar o distrato em questão, o mesmo se aplicando à multa rescisória celetista; b) as horas extraordinárias mesmo confirmadas pelo empregador a jornada de trabalho descrita na petição inicial, não foi deferida por entender que o reclamante recebia um salário acima da média do mercado para a função de vigia, ficando flagrante que ele era exercente de cargo de confiança; c) no que se refere ao adicional noturno, como alegado na defesa apresentada dia 14/10/2005, foi dito pela empresa que todos os adicionais devidos no contrato foram tempestivamente pagos, devendo o ex-empregado provar a suposta inverdade patronal;

Assim, considerando os fatos narrados acima e na qualidade de advogado de José Joaquim Delgado apresente a peça processual adequada para defender os interesses do trabalhador demonstrando na peça processual a sua tempestividade e os seus pressupostos de admissibilidade. Lembre-se de preparar uma peça bem articulada e fundamentada, atacando todas as situações que merecem observação no enunciado da questão.

NOME DO ADVOGADO: LUIZ FELJPE IPANEMA

INSCRIÇÃO NA OAB: OAB/RJ 6.030.158

ENDEREÇO DO ESCRITÓRIO DO ADVOGADO: Rua Brasil 1500, Rio de Janeiro, RJ

2. José Geraldo foi contratado pela empresa Instal Serviços Ltda, na função de reparador de linhas telefônicas, tendo trabalhado cinco anos, com prestação de serviços exclusiva à empresa contratante dos serviços, Teles S/A. Seu empregador lhe remunerava com salário inferior ao piso estabelecido para a categoria, bem como deixou de lhe fornecer outros direitos consagrados em lei e em norma coletiva. Você, advogado de José Geraldo, ao ajuizar a competente ação deverá decidir se a empresa Teles S/A, contratante da empresa Instal Serviços Ltda. deverá integrar o pólo passivo da relação processual, bem como definir a espécie de responsabilidade da mesma, caso figure no pólo passivo. Responda, apontando os fundamentos pertinentes.

3. Paulo de Castro Júnior foi admitido, a título de experiência, por 90 dias, oportunidade que não teve sua Carteira de Trabalho assinada. Paulo ao completar 90 dias de serviço sem ter qualquer documento da empresa, soube que a mesma não tinha interesse em continuar com seus serviços.

Paulo só recebeu a título de rescisão contratual 3/12 de férias proporcionais + 1/3, e 3/12 de 13º salário proporcional.

Pergunta-se:

- a) Analise o contrato de trabalho de Paulo?
- b) Paulo recebeu seus créditos corretamente? Justifique.

4. Paulo da Silva Netto sempre esteve envolvido em "confusões" e "brigas". Contudo, quando Paulo completou 16 anos, arrumou um emprego na Metalúrgica Cruzeiro do Sul, e resolveu estudar à noite.

Após 6 meses de trabalho, Paulo foi dispensado sem justa causa e nada recebeu.

Dona Maria (mãe) faltando 30 dias para Paulo completar 20 anos, comprou um táxi para seu filho trabalhar.

Paulo soube pelo Sr. Marcos (gari), que deveria ter recebido horas extras.

Paulo quer ingressar com uma Ação na Justiça do Trabalho, porém, João (médico), disse que seus Direitos já estavam prescritos.

Pergunta-se:

- a) Analise a prescrição Trabalhista, e os aspectos fáticos e jurídicos?

5. Severino, a partir de 2000, passou a freqüentar cultos na Igreja Novo Dia. Verificando a exacerbada fé de Severino, o Sacerdote Rolando o convocou em 03/02/2001 para prestar alguns serviços durante o culto, como ajudante.

Dada a dedicação e o carisma de Severino, as funções a ele delegadas foram acumulando-se a ponto de ter que, a partir de 12/08/2001, morar nas dependências da Igreja, recebendo alimentação e vestuário do Pastor, além de R\$ 300,00 para demais despesas. Severino trabalhava diariamente, em média, durante dez horas, inclusive nos finais de semana, cuidando de tarefas que variavam da faxina e manutenção da Igreja até os preparativos e execução do culto, como a coleta de doações, contabilizadas pelo próprio Severino.

Em 15/06/2004 Severino flagrou o Sacerdote desviando dinheiro da Igreja para enriquecimento pessoal e, ao denunciá-lo ao Bispo foi expulso da Igreja. Daí pergunta-se: Há possibilidade de configuração do vínculo de emprego? Qual princípio do Direito do Trabalho justificaria tal pedido de

vínculo de emprego?

6. A empresa privatizada "Telenor Telecomunicações S/A", pretendendo reduzir custos, decidiu terceirizar o setor de segurança patrimonial. Contratou a empresa Vigiforte, especializada nos serviços de vigilância e segurança.

Considerando que os empregados da Vigiforte recebiam ordens diretas do corpo diretivo da empresa tomadora do serviço, que lhes determinavam horário de trabalho, atribuíam tarefas e responsabilidades, e, inclusive, chegando a aplicar advertências escritas e suspensões em alguns casos, é possível a responsabilização da empresa de Telecomunicações para o pagamento de verbas trabalhistas de um empregado contratado pela empresa Vigiforte? Se positivo, em que grau se dará tal responsabilização, exclusiva, solidária ou subsidiária? Fundamente.

Direito Tributário

1. A Sociedade Industrial e Comercial de Biscoitos Finos Carioca Ltda praticou, em 20/11/2001, conduta prevista em lei como hipótese de incidência do ICMS, pela venda de biscoitos e afins. Durante o seu processo industrial para a fabricação de seus produtos a Sociedade-contribuinte utiliza para a conservação de sua matéria prima e para a confecção de seus produtos, energia elétrica, a qual é consumida pelo seu estabelecimento. Tendo em vista que a energia elétrica é equiparada à mercadoria, para fins de incidência do ICMS, a Sociedade-contribuinte se creditou do ICMS pago pela aquisição e consumo da energia elétrica, abatendo do valor final do ICMS devido pela venda de seus produtos (bolachas), apurando, assim, o valor final a recolher a título do imposto.

Todavia, estando a Sociedade-contribuinte em dificuldades financeiras, deixou de recolher o tributo devido, gerando um passivo fiscal a ser liquidado futuramente. Passado o prazo para o recolhimento integral do tributo e decorrido mais de dois anos, a Sociedade pretendendo regularizar a sua situação fiscal, recolheu a diferença do ICMS devido, acrescido de correção monetária e juros de mora.

Após a data do recolhimento, a autoridade fiscal diligenciou, em 12.02.2005, no sentido de lavrar o competente auto de infração e desconsiderou o crédito de ICMS aproveitado pelo contribuinte em função da aquisição e consumo da energia elétrica em seu processo industrial, sob o argumento de que a Sociedade também desenvolvia atividade comercial e cobrou a diferença do valor de ICMS devido pela venda de biscoitos e afins, bem como exigiu o recolhimento da multa sobre o valor principal recolhido em atraso.

Desta forma, procurado pela Sociedade Industrial e Comercial de Biscoitos Carioca Ltda, elabore, fundamentando com dispositivos legais e doutrina aplicável ao tema, a medida judicial cabível em defesa dos interesses de seu cliente, de forma que seja afastada a exigência fiscal.

Advogado: AN DERSON MOREIRA

OAB/RJ: 1.100

2. Contribuinte formula perante a autoridade administrativa pedido de restituição de valores indevidamente recolhidos à Previdência Social, a título de contribuição previdenciária sobre pagamentos efetuados a autônomos. A autoridade julgadora liminarmente indefere o pedido, sob a alegação de existir norma baixada pelo titular do órgão, determinando que pedidos de restituição que tenham por objeto o pagamento indevido de contribuição previdenciária não são apreciados, porquanto o ônus do pagamento do referido tributo é suportado pelo autônomo (contribuinte de fato) e não pelo empregador (contribuinte de direito), faltando a este legitimidade para pleitear a restituição.

A decisão está correta? Fundamente, devendo ser levado em consideração os aspectos constitucionais, legais e doutrinários.

3. Contribuinte foi autuado, em 12/10/2000, pela Fiscalização da Secretaria da Receita Federal em virtude do não recolhimento do IPI na saída de produtos de seu estabelecimento ocorrida no mês de julho de 2000. Em sua impugnação e defesa ao lançamento de ofício, o contribuinte alegou, em preliminar, a nulidade do auto de infração por isso que, em data anterior à lavratura do mesmo havia protocolado consulta versando sobre os mesmos fatos que deram origem a autuação. Referida consulta veio a ser decidida em 10/02/2005, para considerar devido o tributo na hipótese objeto da consulta. A autoridade fazendária, em julgamento proferido em 18/03/2005 decidiu pela anulação do Auto de Infração, por vício de forma.

A Fiscalização, então, efetuou em 16/08/2005 novo lançamento de ofício para exigir o IPI relativo àquelas saídas de produtos no período de apuração de julho de 2000.

Quais seriam, ao ver do candidato, os fundamentos da defesa contra a exigência fiscal a que se refere este segundo Auto de Infração? Fundamente, enfocando os aspectos legais e doutrinários.

4. Quais são os elementos constitutivos da obrigação tributária principal, como a doutrina os classifica e sob que aspectos os analisa?

5. Qual a natureza jurídica das custas e emolumentos judiciais? Justifique a sua resposta.

6. A empresa X realizou, em 10.10.1991, atividade prevista em lei como hipótese de incidência do IPI. Sem que a empresa fizesse o respectivo lançamento e, passado o prazo para recolhimento do tributo sem que a referida empresa providenciasse o pagamento, o fisco federal ajuizou, em 10.10.2002, a competente ação de execução fiscal exigindo da empresa o tributo devido. Você, na qualidade de advogado da empresa, o que alegaria em sua defesa?

Direito Administrativo

1. Tainá, servidora pública, realizava tratamento ambulatorial regular no Hospital Marcílio Dias, situado no Município do Rio de Janeiro, subordinado à Marinha do Brasil. Eis que, dentro das dependências da unidade hospitalar, sob o efeito de sedativos, ela teve seus pertences furtados; o que somente constatou após cessarem os efeitos da medicação. A direção confirmou que o fato efetivamente ocorreu dentro das dependências do Hospital e que o dano material apurado foi no montante de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais). Contudo, até a presente data, não foi a paciente ressarcida do dano que sofreu. Inconformada, Tainá procura um advogado para que seja proposta uma ação judicial. Elabore a peça.

ADVOGADO: ANDERSON MOREIRA

INSC. Nº 1.100

2. Para efeitos de vencimentos, diferencie isonomia e paridade de equiparação ou vinculação.

3. As pessoas de direito público podem adquirir bens por usucapião?

4. José, servidor público federal, respondendo a processo administrativo, solicita a juntada de documentos que constituem prova para a solução do caso. Ao analisar tais documentos, a administração pública decide indeferir o pedido de juntada aos autos, visto que, além das provas serem ilícitas e ilegítimas, se revelam impertinentes ao caso. No tocante ao processo administrativo federal, é possível que a eventual admissibilidade das provas no processo seja indeferida? Fundamente a resposta.

5. Publicada lei que prevê a exigência de cláusula determinando que conste nos comunicados oficiais o custo da publicidade veiculada, o Governador de Estado solicita orientação sobre como proceder.

Analise a hipótese, verificando se tal exigência deverá ser cumprida; além disso, aponte as razões e, caso a resposta seja negativa, indique o procedimento a ser seguido.

6. A Assembléia Legislativa, de um certo Estado - membro da Federação brasileira - aprovou projeto de lei, de iniciativa de um deputado estadual, definindo aumento para os servidores públicos da área médica, levando o Chefe do Executivo a vetá-lo. Qual teria sido a fundamentação legal do veto? Analise a hipótese e verifique se há base jurídica apta a respaldar o veto. Fundamente a resposta.

Direito Civil

1. WALTER SILVA (brasileiro, solteiro, médico, carteira de identidade nº 001, CPF nº 001, residente na rua das Flores, São Gonçalo, casa nº 4), alugou a BRUNO NUNES (brasileiro, solteiro, autônomo, carteira de identidade nº 002, CPF nº 002) o apartamento 502, do prédio na rua das Caramolas, nº 34, Nova Iguaçu, por R\$ 1.000,00 mensais, mais os encargos referentes aos impostos e condomínio, estabelecendo o contrato de locação residencial que os pagamentos deveriam ser feitos no endereço do locador.

No mês de outubro de 2005, o condomínio enviou uma cota extra (primeira de um total de dez), no valor de R\$ 350,00, referente à pintura na fachada do prédio.

Desse modo, WALTER remeteu a BRUNO aviso de pagamento no valor de R\$ 1.900,00, sendo R\$ 1.000,00 de aluguel, R\$ 50,00 de imposto predial, R\$ 500,00 de condomínio normal e R\$ 350,00 como cota extra do condomínio.

BRUNO procurou WALTER e disse-lhe que a cota extra era de responsabilidade do locador, ao que WALTER respondeu que no contrato de locação foi estipulado que o locatário pagaria as despesas de condomínio.

Como BRUNO não concordou em pagar a cota extra, WALTER se recusou a receber o valor restante.

BRUNO deseja pagar apenas os R\$ 1.550,00 e, diante da recusa de WALTER, lhe procura como advogado.

Elabore a peça pertinente.

Advogado: ALTAIR FAGUNDES

OAB/RJ: 01

2. Cezar, próspero empresário, proprietário de diversos imóveis, indústrias, fazendas e semoventes, órfão de pais, separado de fato há 10 meses de Calpúrnia com quem teve dois filhos, Marco Antonio e Octávio, ambos menores impúberes, que com ela residem, desapareceu de casa misteriosamente, sem que dele houvesse qualquer notícia quanto ao seu paradeiro.

Considerando que os inúmeros negócios de Cezar ficaram acéfalos com o seu desaparecimento, uma vez que este não havia nomeado qualquer representante ou procurador para administrar-lhe os bens, inclusive com evidente prejuízo para os menores que dependem da pensão que recebiam do pai para sobreviver, pergunta-se: qual a medida a ser tomada visando à administração dos bens de Cezar e regularizar seus negócios? quem possui interesse para propor tal medida? fundamente juridicamente.

3. Felipe é casado pelo regime da separação total de bens com Olímpia, mercê do pacto antenupcial que celebraram estipulando, inclusive, a separação total dos aqüestros, sendo que desta união não advieram filhos em comum. Ocorre que Olímpia possui um filho advindo de relacionamento anterior, de nome Macedo e Felipe, embora não tivesse descendentes, possuía um ascendente vivo, ou seja, seu pai Alexandre, viúvo. Ressalte-se que o varão possuía diversos bens particulares, como aplicações financeiras, ações, automóveis, inúmeros imóveis, inclusive o que servia de residência ao casal, enquanto o cônjuge mulher nada possuía em seu nome.

Todavia, em viagem de turismo a uma praia paradisíaca da Tailândia, o casal foi surpreendido por uma Tsunami, vindo, lamentavelmente, a falecer. A necropsia realizada nos corpos pôde precisar que o varão morreu instantaneamente e o cônjuge mulher cerca de dez (10) minutos após o primeiro óbito.

Pergunta-se: Quem herdará os bens deixados por Felipe? Macedo, filho de Olímpia, possui algum direito? Fundamente sua resposta.

4. Tício tomou posse sem justo título de imóvel de propriedade de Caio, sem utilizar de violência, clandestinidade, nem de precariedade.

Diga, justificando, se a posse de Tício é justa, ou injusta, e de boa-fé ou de má-fé?

5. O acórdão de uma das 18 Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro confirmou, por maioria, sentença que havia despejado o réu do imóvel do autor.

É cabível a oposição pelo réu de embargos infringentes desse acórdão? Justifique indicando dispositivos legais.

6. Cinco meses após o trânsito em julgado de uma sentença, o advogado do réu verificou que havia inequívoco erro material de cálculo na referida sentença.

Como deve proceder o advogado do réu?